

gas alianças e da procura de alianças novas, quaisquer elas sejam. Afinal, não somos diretamente responsáveis por aquilo que “somos” (seria eticamente cruel), mas por aquilo que fazemos a partir daquilo que, provisoriamente, somos e que podemos, eventualmente, vir a ser dependendo do que entendemos e raciocinamos sobre nossa atual condição “demasiado humana”, mas que nada impede que tentemos superar rumo ao “ultra-humano”. O determinismo absoluto e o naturalismo ético podem ser questionados, a meu ver, também a partir deste tipo de perguntar, ao qual não tenho, evidentemente, resposta nenhuma. Resumindo, penso que seja correto pensar, como fazem as autoras, que a moral humanista, de origem kantiana é, de fato, demasiado formal e, portanto, de alguma maneira cruel – visto que se desprende da *Lebenswelt* e da carne e do sofrimento deste Mundo, feito de sujeitos concretos (ainda) mortais, mas não devemos esquecer que a principal preocupação do mestre de Königsberg não era cognitiva mas sim ética, embora tenha para isso lançado mão de uma hipótese *ad hoc* em sua epistemologia, antecipando um problema que estamos ainda discutindo aqui, para tentar “superar conservando” as várias “naturezas” que certamente nos determinam, mas das quais podemos também nos desprender num absoluto ato de liberdade ou de revolta contra a condição demasiado humana, como já fizeram, ao longo da história, muitos sujeitos inconformados com o estado de coisas presente.

---

### As autoras respondem

#### The authors reply

Antes de mais nada, agradecemos o vigor intelectual e a vibração afetiva dos comentários de nossos debatedores, indicativos de um diálogo vivo. Lamentamos, dadas as limitações de espaço, não poder, nesta resposta, aprofundar nossa reflexão conjunta o quanto gostaríamos. Todavia, procuraremos a seguir ressaltar e associar alguns tópicos particularmente estimulantes, propondo assim um entrelaçamento de idéias propício à continuação desta produção interdisciplinar significativa.

Começemos com a aliança estabelecida entre os filósofos da ciência (Oliva e Santos) e o bioeticista (Schramm). A vocação progressista de Oliva o leva a repudiar o rótulo de “saber instrumental” para a ciência, crítica que Santos pondera ser pertinente quando as ciências naturais são inseridas num projeto epistemológico que desqualifique a seu favor as ciências humanas e sociais. Prosseguindo nesta direção, Oliva identifica na retórica a serviço da política a fonte do uso inadequado das conquistas científicas, em sintonia com a tripartição atlânica dos poderes da palavra entre ciência, política e mídia e, como Atlan, distingue a racionalidade científica da elaboração filosófica e do processo de humanização como construção histórica. A seguir, Santos nos recupera o legado atemporal da filosofia grega e medieval que já contemplava o dilema determinismo-liberdade de forma a encarecer, em pleno apogeu do domínio de decodificações científicas da realidade, a garra de um cientista natural ao renovar estas indagações por um viés filosófico. Oliva vai adiante, voltando a analisar conosco a função, neste contexto, da “compreensão” e da “idéia de superação”, que afrontam, sem lhes negar os determinismos da natureza, e reitera a questão da “perfectibilidade” do homem, visceral para qualquer projeto que vise à melhoria do bem-estar humano.

Em compasso similar e também inspirado por Nietzsche – “demasiado humanas”, a ciência e a ética! – Schramm erige como problema central do artigo a relação entre a imanência e a transcendência e entre uma primeira e segunda “naturezas humanas”, instigando-nos a pesquisar uma terceira “natureza humana” – talvez emergente como unidade de nível hierárquico mais complexo – segundo novos fundamentos epistemológicos. Esta corajosa proposta – que

reencontraremos, a seguir, em Najar – norteia-se já pelo reconhecimento de sua pertinência para a Saúde Pública. Frisamos nosso interesse em retomar o tema da “potência” (que, como Schramm, Oliva aborda) para distingui-la da “vontade de poder”, providência teórica indispensável ao colocar em prática, liberando-a de equívocos autoritários, qualquer proposta emancipatória.

Nossos dois sociólogos aproximam-se da arte (Nunes) e da política (Najar) de forma a nos provocar riquíssimas extrapolações. Já exercitando bela fluidez vocabular, ao contrastar um afresco de Rafael com um pôster da revista *La Recherche*, Nunes elege as traduções pictóricas de diferentes visões do mundo como expressões de criatividade adequadas a se constituírem como critério para comparações entre as ciências naturais e as humanas/sociais. Através de citação de Prigogine, recorda-nos de como se dá a irrupção “individual” da criatividade em escritores e artistas, enquanto nos domínios da ciência este despontar é indistinto, esparsos num grupo de trabalho, em que a liderança pode ser circunstancial. Com isto, introduz uma revisão da dinâmica entre o individual e o social, inspiração que também guiou Najar pela variável da política. Najar alerta-nos que a mudança de patamar implicada no acesso à consciência integral (que permitiria a experiência conjunta de liberdade individual/responsabilidade social) ancora-se, atualmente, no nível do indivíduo inovador. Ao contrário do que o senso comum pressupõe, esta é a única base efetiva para uma auto-organização criativa da sociedade que corresponderia à transformação, de acordo com novos parâmetros, da interconexão indivíduo-sociedade. Najar aqui reverbera as idéias a respeito de Atlan, que as demonstra matematicamente através do teorema von Foerster-Dupuy (1991).

No outro pólo dos desafios interdisciplinares, está o discurso do neurocientista com formação original em matemática aplicada (MIT), Daniel Levine. O grande mérito de seu texto é o de, por se concentrar numa transcrição neurocientífica de assuntos antes de alçada exclusiva das humanidades, isto é, por assumir plenamente “as regras do jogo científico”, compeli-nos a seu cotejo com “as regras do jogo filosófico”, à la Atlan. A “dissonância cognitiva” diagnosticada por Levine nos remete, num outro registro, ao “hiato cognitivo” atlaniano, assim como sua defesa da otimização do sistema dinâmico em que nos constituímos obriga-nos a

redefinir “felicidade” de maneira a valorizar, sem confundi-los, o melhor funcionamento possível de corpo-mente e a experiência significativa singular da alma. Neste mesmo diapasão, Carvalho, também oriundo das ciências exatas (engenharia de sistemas e computação), lembra os primeiros passos da trajetória atlaniana, quando a sua teoria da auto-organização pelo ruído parecia opor-se a um determinismo absoluto da natureza. A aparente contradição é resolvida por Atlan através do recurso às condições de nosso conhecimento sempre parcial dos fenômenos em seus diferentes níveis de observação e descrição, a par da Ignorância substantiva que nos constitui face à Totalidade inatingível do Conhecimento.

E, retornando à filosofia, concluimos nossa resenha com o fascinante contraponto “diaphônico” – ou seja, inscrito nos “desacordos irreconciliáveis” da tradição cética – entre o apaixonado relativismo epistêmico de Vidal e o realismo racional de Spinoza/Atlan. Seria esta extremada convicção epistemológica que teria norteado a oposição de Vidal à maioria das proposições atlanianas. Essa debatedora, inclusive, lhes atribui uma inexistente pretensão de chegar à Verdade última e a uma identificação entre progresso científico e agir correto incongruente com a intercítica atlaniana e com seu endosso à filosofia protagoriana como fundamento para seu “relativismo relativo”. Entretanto, ressaltamos a confluência das duas orientações epistemológicas, a de uma vertente pragmática da filosofia da linguagem e a espinozista, em relação a um pensar comprometido com a ação.

Em síntese, o que nos parece transparecer e palpitar por sob todos os comentários é o impacto do pensamento originalíssimo de Atlan, que, sem infringi-los, abala os alicerces usuais da elaboração filosófica, nos entre-lugares de filosofia da ciência e ética, nos entre-tempos da metafísica, da cisão ontologia/epistemologia e da filosofia da mente. O rigor acadêmico de Santos nos pede atenção para quão inédita é a releitura atlaniana de Spinoza, o que, a nosso ver, repercute num esforço de compreensão constituinte de uma ampliação de nossa condição cognitiva.

Exemplar, neste sentido é o uso feito por Atlan do termo “conciliação” – complementando sua proposta de uma intercítica entre as racionalidades científica e mítica e o entendimento da filosofia quase como uma “emergência evolutiva” em relação ao mito (Aleksandro-

wicz, 2001). Assim, as ciências humanas e sociais compartilhariam os diferentes estatutos das racionalidades científica e mítica dado o duplo ponto de vista de observação do ser humano, o “objetivo” (ou externo), em que o indivíduo se percebe como elemento componente de um sistema e o “subjetivo” (ou interno), o da singularidade irredutível da significação. É no cerne filosófico da incessante atividade intercrítica entre estas duas instâncias, no âmago – como bem nos lembrou Atlan – de nossa relação, dentro do tempo, com o que está fora dele, que se dão o entendimento racional e a experiência existencial da *conciliação* entre determinismo e liberdade.

Quase todos os nossos debatedores nos citam – alguns mais explicitamente que outros – a levar adiante esta reflexão de forma a fazê-la repercutir fecundamente em espaços públicos. Esclarecemos que já se encontram em processo de produção acadêmica alguns projetos neste sentido (na ESNP/Fiocruz). Mas para que estes – e outros do mesmo teor! – possam frutificar, é necessário adubar e irrigar as sementes representadas por nossa interlocução neste artigo. Sem dúvida, um dos fatores de sucesso das ciências naturais é sua certeza inequívoca, concretizada na prática, da relevância da im-

plementação consistente de projetos audazes, nutridos por vastas alianças intelectuais de indivíduos e equipes, com sua continuidade estimulada institucionalmente. Urge que nossas instituições e agências de pesquisa propiciem o suporte imprescindível à missão de gerar conhecimento segundo a tônica do século 21, efetivando cooperações interdisciplinares e enfrentando o desconhecido e os entraves burocráticos (Minayo, 2002). Que este nosso diálogo, apenas iniciado, prospere e se consolide como marco significativo para a realização desta esperança.

### Referências bibliográficas

- Aleksandrowicz AMC 2001. *Henri Atlan e as hipóteses do possível nos processos de adoecer*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Koppel M, Atlan H & Dupuy JP 1991. Complexité et aliénation. formalization de la conjecture de von Foerster, pp. 410-411. In FF Soulié (org). *Les théories de la complexité autour de l'oeuvre d' Henri Atlan*. Éditions Seuil, Paris.
- Minayo MCS 2002. Introdução. Entre vãos de água e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade, pp. 17-27. In MCS Minayo & SF Deslandes (orgs.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Fiocruz, Rio de Janeiro.